



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 16 de fevereiro de 2026

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
São Paulo 0,69%	186.241	R\$ 5,229	R\$ 1.621	R\$ 6,205	14,90%	14,81%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33
Nova York 0,1%	11/2 12/2 13/2	(+ 0,57%)					

ESCALA 6X1

Redução da jornada em debate decisivo

PECs que contrapõem qualidade de vida, custos de produção e impacto sobre emprego e inflação ganharão tração pós-carnaval

» WAL LIMA

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 221/2019 que prevê o fim da escala 6x1 e a reorganização da jornada de trabalho já consta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e conta com a sinalização positiva do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tramitar de forma célere. O aval político reforça a prioridade do tema na agenda legislativa de 2026 e intensifica a mobilização de parlamentares — da base governista e da oposição —, entidades empresariais e centrais sindicais em torno da matéria.

Um dos autores da proposta que propõe a diminuição da jornada, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) chegou a afirmar que a bancada do PT e o governo vão trabalhar para buscar maioria e aprovar o texto ainda no primeiro semestre. "Esse debate é o mais importante do século 21 para os trabalhadores. Estamos vivendo, pós-pandemia da covid-19, uma pandemia de saúde mental. Chegou a hora. Os trabalhadores brasileiros pedem mais um dia de descanso, e nós acreditamos que isso fortalece cada vez mais a produtividade e a competitividade da economia brasileira", destacou.

"O direito ao descanso não é luxo. É um direito do trabalhador", emendou o parlamentar, que defende a jornada 5x2 (trabalhar cinco dias e folgar dois), de 40 horas semanais, para todos os trabalhadores do setor público e do setor privado.

A deputada Érika Hilton (PSol-SP), também autora da medida, defende que a proposta representa uma resposta concreta a uma demanda social crescente. Ao **Correio Braziliense**, a parlamentar afirmou que a mudança não se resume à redistribuição de dias de trabalho, mas à necessidade de reduzir efetivamente a jornada semanal. Segundo ela, manter as atuais 44 horas concentradas em menos dias, conforme parlamentares de oposição têm proposto, significaria "maquiar o problema", ampliando o desgaste diário sem garantir ganhos reais de saúde física e mental.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Protesto em frente ao Masp. FecomércioSP defende que redução abrupta da jornada poderia elevar em até 22% o custo da hora trabalhada

Para Hilton, dois dias de descanso por semana são condições mínimas de dignidade e alinham o Brasil a uma tendência internacional de revisão das jornadas excessivas.

A defesa da proposta encontra respaldo em parte da opinião pública, como mostra a pesquisa da Nexus, divulgada na última quinta-feira, que indica que 73% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1, desde que não haja redução salarial. O levantamento também mostra que 84% defendem ao menos dois dias de descanso semanal. O apoio, no entanto, diminui de forma significativa quando se cogita eventual diminuição proporcional de salários, revelando que a renda permanece como fator decisivo para a população.

Mudança gradual

Na outra ponta do debate, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, adota postura cautelosa. Em entrevista ao **Correio**, ele classificou a proposta como uma matéria "sensível" e afirmou que o ponto central é saber "quem paga a conta" (**Leia mais na página 8**). Para o parlamentar, uma mudança abrupta pode gerar aumento de custos para empresas, especialmente micro e pequenas empreendedores, com possível repasse aos consumidores em produtos e serviços essenciais.

Passarinho defende uma redução gradual da jornada — de 44 para 40 horas semanais ao longo de quatro anos, com corte de uma

hora por ano — como alternativa mais segura para evitar choques econômicos.

Ele também questiona a tese de que "trabalhadores mais descansados necessariamente produzirão mais". Em setores como comércio, transporte, saúde e combustíveis, argumenta, "a produtividade está diretamente ligada à demanda do público, e não apenas ao tempo de descanso do empregado".

A deputada federal Caroline De Toni (PL-SC), que preside a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM), chegou a protocolar um requerimento de apensamento da PEC 40/2025 — que propõe carga horária de até 44h semanais em jornada diária ou flexível baseada em horas trabalhadas — à PEC 221/2019, garantindo a tramitação

conjunta da proposta que amplia a liberdade de organização da jornada de trabalho.

A iniciativa, segundo a De Toni, busca assegurar que o Congresso analise alternativas com visões distintas, sendo de um lado com maior intervenção estatal e do outro, mais autonomia para trabalhadores negociarem seus horários e aumentarem sua renda.

"O Congresso não pode ignorar o debate sobre o futuro do trabalho. A PEC 40/25 moderniza a liberdade de negociação, amplia a segurança jurídica e reconhece a realidade de quem trabalha e de quem gera empregos. Garantir esse debate é ampliar oportunidades e renda para os brasileiros", pontuou a parlamentar.



O fim da escala 6x1 é o debate mais importante do século 21 para os trabalhadores. Estamos vivendo no pós-pandemia da covid-19, uma pandemia de saúde mental. Chegou a hora"

Reginaldo Lopes (PT-MG), deputado e autor da PEC do fim da escala 6x1



O Congresso precisa analisar alternativas com visões distintas, sendo de um lado com maior intervenção estatal e do outro, mais autonomia para trabalhadores negociarem seus horários e aumentarem sua renda"

Caroline De Toni (PL-SC), deputada federal e presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM)

Empresariado mira alternativas

De autoria do deputado Maurício Marcom (PL-RS), a PEC 40/2025 prevê remuneração por hora trabalhada, maior flexibilidade de horários, acordos individuais ou coletivos, manutenção do limite constitucional de 44 horas semanais e segurança jurídica para trabalhadores e empregadores.

"Defender a PEC 40 é defender a liberdade do trabalhador de escolher, negociar e construir melhores oportunidades para sua própria renda. O trabalhador brasileiro não pode ser refém de modelos engessados que limitam suas possibilidades. Liberdade nas relações de trabalho significa mais autonomia, mais formalização e mais chances reais de crescimento para quem vive do próprio esforço", defendeu Marcom, que também é membro da FPLM.

O posicionamento dos parlamentares da oposição converge

com o de federações empresariais que vêm se manifestando contra mudanças abruptas. O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), estado que concentra um dos maiores fluxos da indústria no país, afirmou que a jornada de trabalho exige análise técnica e respeito às especificidades regionais.

Em nota enviada ao **Correio**, a entidade destacou que, na Zona Franca de Manaus, os custos logísticos elevados e a complexidade da cadeia produtiva exigem previsibilidade regulatória. Segundo o Cieam, alterações que elevem o custo unitário da produção sem ganho equivalente de produtividade podem comprometer investimentos e a geração de empregos formais.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP)

divulgou estudo apontando que a redução abrupta da jornada poderia elevar em até 22% o custo da hora trabalhada. A federação estima, ainda, risco de eliminação de até 1,2 milhão de postos formais e alerta que micro e pequenas empresas — responsáveis por cerca de 80% dos novos empregos — teriam maior dificuldade de absorver o impacto. Para a entidade, a negociação coletiva é o instrumento mais adequado para ajustar jornadas às realidades setoriais, evitando rigidez legal uniforme.

Centrais sindicais

No campo sindical, a reação tem sido firme contra as versões consideradas moderadas da proposta. Ricardo Patã, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Comerciantes de

São Paulo, destaca que parte do Congresso tenta preservar as 44 horas semanais sob nova formatação. Em artigo recente, ele criticou propostas que se extinguem formalmente a escala 6x1, mas ampliam a jornada diária, classificando a estratégia como "retrocesso disfarçado". Para o dirigente, a redução deve caminhar para 40 horas semanais efetivas, com dois dias de descanso garantidos e fortalecimento da negociação coletiva.

Patã também rebate a narrativa de que a redução da jornada prejudicaria automaticamente o mercado de trabalho. Segundo ele, a nova geração de trabalhadores não aceita jornadas consideradas abusivas e busca maior equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. (WL)

Continua na página 8



Zona Franca de Manaus: setor da indústria na região pede cautela